



SOBRE A PROPOSTA DE OZONIOTERAPIA COMO TERAPIA INTEGRATIVA PARA O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA ANÁLISE CRÍTICA

MARIA EDUARDA GREGÓRIO DOS SANTOS; FELIPE MACIEL DOS SANTOS
SOUZA

RESUMO

O aumento de diagnósticos do Transtorno do Espectro Autista (TEA) em crianças, jovens e adultos levou os indivíduos e/ou seus responsáveis à busca por tratamento das problemáticas associadas a este. Atualmente a única prática baseada em evidências para manejo de questões comportamentais no TEA é a Análise do Comportamento Aplicada, área da ciência da Análise do Comportamento que cresce juntamente com o número de profissionais e clínicas de psicologia voltadas ao atendimento do público com este transtorno e demais associados. Frente a esse mercado de trabalho, existe também a ozonioterapia, uma das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) que desde 2018 são crescentes no Sistema Único de Saúde (SUS), em clínicas, ou centros de saúde, nos quais alguns dos profissionais adeptos dessa prática têm voltado parte dos seus serviços também ao público TEA. Dentre as propostas de tratamento está a melhora no comportamento dos indivíduos cujo desenvolvimento é comprometido, através da mudança nos problemas gastrointestinais que podem acometer parte do contingente populacional que está no espectro. Embora a ozonioterapia seja um serviço regulamentado pelo Ministério da Saúde, parte dos atuantes executam as atividades sem respaldo científico e técnico acerca das possíveis contra indicações do tratamento para esse tipo de aplicação, o que gera impactos significativos na vida dos pacientes e na sociedade em geral. Portanto, o presente trabalho visa analisar de maneira crítica o impacto e a efetividade das terapias integrativas, mais especificamente a ozonioterapia, no tratamento deste transtorno do neurodesenvolvimento, além de possíveis consequências na promoção de saúde e integridade aos indivíduos neuro divergentes.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Terapias Complementares; Ozônio.

1. INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) está descrito no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) como um dos Transtornos do Neurodesenvolvimento, caracterizado por “prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social [...] e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades [...]”. Esses sintomas estão presentes desde o início da infância e limitam ou prejudicam o funcionamento diário [...]” (2013). Os principais registros da presença deste transtorno no Brasil iniciaram em 1980, e desde então, graças ao acesso a avaliação psicológica e a informação especializada, tem crescido cada vez mais o número de crianças, jovens ou adultos diagnosticados com TEA. Esse contingente populacional passa por diversas questões que os colocam enquanto um grupo vulnerável e permeado por sofrimentos dados seus déficits de habilidades sociais e de autorregulação.

Nesse contexto, diversas áreas do conhecimento se debruçaram a estudar com afincado

possíveis intervenções para a prevenção e/ou tratamento do TEA, dentre elas a Análise do Comportamento Aplicada, uma área da ciência da Análise do Comportamento que ganhou lugar no setting psicológico haja vista a robustez e aplicabilidade dos estudos e intervenções desenvolvidas com este público. Atualmente, a *Behavior Applied Analysis (ABA)* é considerada referência para tratar problemas comportamentais que acometem pessoas típicas e atípicas ao redor do mundo. No Brasil ela tem ganhado lugar, principalmente, em clínicas particulares de psicologia voltadas para o desenvolvimento e a intervenção com o público infanto-juvenil.

Outrossim, uma das características da ABA é o serviço intensivo, sendo indicado de 10 a 40 horas semanais de intervenção a depender do nível de suporte e necessidades de cada paciente. Ademais, por tratar-se de um serviço recente frente a demais abordagens da psicologia, os estudos para especialização dos profissionais que irão atuar na intervenção ainda são pouco acessíveis, estando em grande parte restritos a cursos e formações promovidos por empresas e centros educacionais particulares. Assim, embora seja a intervenção mais recomendada, não havendo ainda qualquer outra com tantas evidências de sua eficácia, é comum que pais e/ou responsáveis não consigam custear a quantidade de sessões recomendadas, ou até mesmo com qualquer tipo de intervenção sob a perspectiva da ABA, fazendo com que milhares de crianças e adolescentes sigam tendo seu desenvolvimento sem o suporte necessário, prejudicando cada vez mais sua saúde.

Frente a esse cenário, desde 2018 o Ministério da Saúde Brasileiro tem autorizado o uso de, aproximadamente, 29 Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) no Sistema Único de Saúde (SUS) e em clínicas ou centros de saúde particulares, vide a regulamentação da Anvisa. Dentre as terapias integrativas consideradas PICS estão: arteterapia, yoga, terapia de florais e ozonioterapia. Dessa maneira, frente à impossibilidade de obtenção do tratamento mais indicado de maneira gratuita e/ou acessível, dadas às dificuldades para aplicação desse serviço como supracitado, diversas famílias optam por terapias integrativas na esperança de um tratamento capaz de tratar e suprimir características e comorbidades associadas ao Transtorno do Espectro Autista.

Como referido, a ozonioterapia é uma das práticas aceitas pelo Ministério da Saúde Brasileiro e se caracteriza “pelo seu alto potencial de oxigenação tecidual, que pode ser através de aplicação local, apresentando propriedades anti-ágicas e anti-inflamatórias” (Matos, 2022). Com a nova descoberta do ozônio e suas possíveis aplicações, diversos profissionais, tendo eles formação adequada ou não, estão promovendo a prática da ozonioterapia como um tratamento complementar para comorbidades, como complicações gastrointestinais, e com este a melhora de comportamentos problema que podem acometer parte desse grande contingente populacional de pessoas diagnosticadas com TEA. Perante está problemática, o presente texto tem como objetivo refletir de maneira crítica acerca dos impactos da utilização de ozonioterapia como terapia integrativa para o Transtorno do Espectro Autista.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Os materiais utilizados foram aparelhos computadores com acesso à internet e a sítios digitais de pesquisa e informação, como Google Acadêmico, PubMed e SciELO Brasil. Os artigos e livros pesquisados para elaboração dessa análise crítica continham as palavras chaves: ozonioterapia; autismo; terapias integrativas; análise do comportamento aplicada e práticas integrativas e complementares em saúde. Foram selecionados para este texto os artigos mais relevantes, realizada a posterior leitura e crítica dos dados e informações analisados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O campo das terapias integrativas tem crescido de maneira expoente desde a sua

regulamentação, e conjuntamente ao crescimento dos diagnósticos do transtorno do espectro autista, surgindo com isso práticas terapêuticas voltadas somente a atender esse público, sendo elas subdivididas em quatro domínios principais: “Intervenções de Medicina mente-corpo (destinadas a direcionar interações entre cérebro e o comportamento), Tratamentos baseados em biologia (oferece substâncias naturais como alternativas de tratamento), Manipulações e práticas baseadas no corpo, (que tentam tratar condições através da manipulação corporal) e Medicina energética, (“canalização de energia” com objetivo de promover a cura)” (Candido; Araóz, 2019).

Logo, a ozonioterapia é uma das manipulações e práticas baseadas no corpo que tem como fundamentação teórica pesquisas globais realizadas relacionando a microbiota intestinal e o comportamento de indivíduos neuro divergentes. Dentre os estudos desenvolvidos estão dados que relacionam fortemente a *Fecal Microbioal Transplantation (FMT)*, Transplante de Microbiota Fecal, entre pessoas neuro divergentes e neurotípicas, alegando mudanças significativas de humor e comportamento em pacientes depressivos e/ou ansiosos. Ademais, a FMT ou *Microbiota Transfer Therapy (MTT)*, Terapia de Transferência da Microbiota como também é conhecida, já foi testada para indivíduos com Transtorno do Espectro Autista e envolveu juntamente a ela diversos tratamentos, como “o tratamento com antibióticos, uma limpeza intestinal, um supressor de ácidos gástricos e o transplante de microbiota fecal” (Kang et al., 2017 apud. Chernikova et al., 2021. Tradução dos autores). Assim, embora seja um procedimento com efeitos significativos no campo das habilidades sociais, ele ainda não trata-se de um processo consolidado, haja vista que os estudos ainda são poucos e demandam diversos processos éticos, de pesquisa e conhecimento das manipulações realizadas para trabalhar com humanos.

Nesse sentido, atualmente esse campo de pesquisa se relaciona com a medicina, nutrição, microbiologia, neurologia, e a psicologia comportamental, e a imensa maioria deles não faz referência às terapias com ozônio. Devido a isso, por não serem regulamentados no campo da saúde dado o pequeno contingente de resultados para indivíduos com TEA, ou seja, ainda não existem dados relacionais suficientes que fundamentam tamanha manipulação ou mudança corporal (Chernikova et al., 2021), é possível inferir que a intervenção partindo destes procedimentos, ou de quaisquer outros com mudanças substanciais, pode acarretar em riscos ainda desconhecidos para os sujeitos envolvidos, principalmente se realizados por profissionais não concernentes e sem formação adequada na área.

Além do mais, o próprio Ministério da Saúde Brasileiro alega que a prática de ozonioterapia deve ser realizada somente para procedimentos estéticos ou odontológicos, e que “[...]qualquer outra inclusão precisa ser submetida novamente ao órgão (Anvisa) desde que as empresas apresentem estudos necessários à comprovação da sua eficácia e segurança.”. Dessa maneira, o mesmo órgão que regulamenta a prática reconhece suas limitações frente ao cenário da saúde atual, e determina aspectos éticos a serem compreendidos e praticados por aqueles que se auto intitulam terapeutas integrativos. Entretanto, segundo alguns destes técnicos os Conselhos Profissionais que ainda não consideram a prática validada, à exemplo do Conselho Federal de Medicina (CFM) (MATOS, 2022), são “prescritores que buscam uma centralização nos cuidados à saúde, (e) vem tentando provocar falta de credibilidade aos sistêmicas das tratamento da ozonioterapia” (Souza et al., 2024).

Cidadãos que estão dentro do espectro, por vezes, necessitam de uma rede de apoio consolidada capaz de auxiliá-los na promoção de condições melhores de vida, e quando não o tem recorrem a profissionais cujos conhecimentos tragam transformação para ser e estar no mundo. Portanto, aqueles trabalhadores que promovem serviços frente a práticas não regulamentadas e sem comprovação de sua efetividade falham com seu dever ético e colocam em um panorama de risco pessoas que por ventura buscam ajuda para suas angústias, ou seja, não auxiliam esse sofrimento que permeia os indivíduos e seus familiares, podendo acarretar

problemas graves fruto de intervenções não baseadas em evidências.

4. CONCLUSÃO

As PICS estão ganhando espaço no sistema de saúde brasileiro frente às grandes demandas de atendimento e as diversas patologias existentes. Entretanto, nem todas as práticas regulamentadas possuem evidências o suficiente para suprimir ou integrar tratamentos já consolidados, como é o caso da ozonioterapia para o Transtorno do Espectro Autista frente à intervenção ABA. Sendo assim, além de tratar-se de uma atuação com viés dos próprios interesses, e considerando a saúde enquanto agente promotor de qualidade de vida, a oferta dos serviços de ozonioterapia para sujeito no espectro do autismo pode comprometer a integridade dos pacientes que já encontram-se em um cenário permeado por adversidades e exclusão, acarretando em problemáticas ainda desconhecidas para a saúde individual e coletiva.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Diagnostic and statistical manual of mental disorders. 5. ed. Boston: Pearson, p. 60, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sobre a lei que autoriza a ozonioterapia como tratamento complementar. 2023.

CANDIDO, L. A. P., ARAÓZ S. M. M., PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE (PICS): USO COMUM DENTRO DA COMUNIDADE AUTISTA. SAJEBTT, Rio Branco, UFAC v.6, n.1, p. 244-255, 2019.

CHERNIKOVA, M. A. et al. The Brain-Gut-Microbiome System: Pathways and Implications for Autism Spectrum Disorder. *Nutrients*, v. 13, n. 12, p. 4497, 16 dez. 2021.

MATOS, D. C. Ozonioterapia em saúde: revisão de literatura. Bauru, UNISAGRADO, p. 1-26, 2022.

SELLA, A. C., RIBEIRO, D. M. (Orgs.). Análise do comportamento aplicada ao transtorno do espectro autista. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

SOUZA, C. et al. Desarrollo Local Sostenible. DELOS, Curitiba, v.17, n.53, p. 01-12, 2024.